

ABRUEM APOIA APROVAÇÃO DA PEC Nº 15/15 QUE TORNA PERMANENTE O FUNDEB

#APROVAFUNDEB

**A ABRUEM APOIA
ESSA CAUSA**



O Fundeb é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. São 27 fundos (um por estado e um para o DF) que redistribuem entre as redes estadual e municipal uma parcela dos impostos já vinculada à Educação.

O Fundo é responsável por mais de 60% do financiamento da educação básica no Brasil e expira, por lei, no final deste ano. A Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) é a favor da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 15/15, que tornará permanente o Fundeb. A PEC foi aprovada nesta semana na Câmara dos Deputados e segue para aprovação do Senado.

Em 2019, os recursos do Fundo foram de mais de R\$ 166 bilhões, cerca de R\$151 bilhões de estados e municípios e R\$15 bilhões da União. A União complementa os recursos dos estados para que todas as redes atinjam um valor mínimo nacional por aluno.

Ele financia todas as etapas da educação básica – Creches, Pré-Escolas, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação para Jovens e Adultos – e é extremamente importante por reduzir a desigualdade de recursos entre as redes de ensino. Desta forma, a diferença entre a rede de ensino do País que mais investe por aluno e a que menos investe cai consideravelmente.

A Abruem apoia essa causa, tendo em vista que a Educação é uma só e não existe educação superior pública de qualidade sem que exista investimento e valorização da educação básica.

Baixe as imagens e apoie, por meio de suas redes sociais, essa luta. | **CLIQUE AQUI** |

UNCISAL REALIZA FÓRUM VIRTUAL DE NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES

Apesar das restrições impostas pela COVID-19, a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) não para. As pró-reitorias de Ensino e Graduação e de Extensão promoveram, em parceria, nesta quarta-feira (22), o Fórum Virtual de Núcleos Docentes Estruturantes. O encontro virtual

debateu a curricularização da extensão nos cursos da universidade.

O Fórum de Núcleo Docentes Estruturantes (NDEs) estava previsto, inicialmente, para o dia 1 de abril. Entretanto, devido à pandemia de COVID-19, o evento foi reprogramado, de forma a oferecer segurança aos participantes. A proposta do Fórum de NDEs é discutir a melhor forma de adequar o currículo da Uncisal à Resolução CNE/CES N° 7, de 18 de dezembro de 2018.

“Com esse evento, nós que fazemos a universidade, buscamos integrar de forma participativa a extensão ao currículo dos cursos de bacharelados e superiores em tecnologia, sem exceção. Esta é uma norma do Conselho Nacional de Educação e temos até 2021 para concretizar essa integração”, explicou a pró-reitora de Extensão, Maria Margareth Ferreira Tavares.

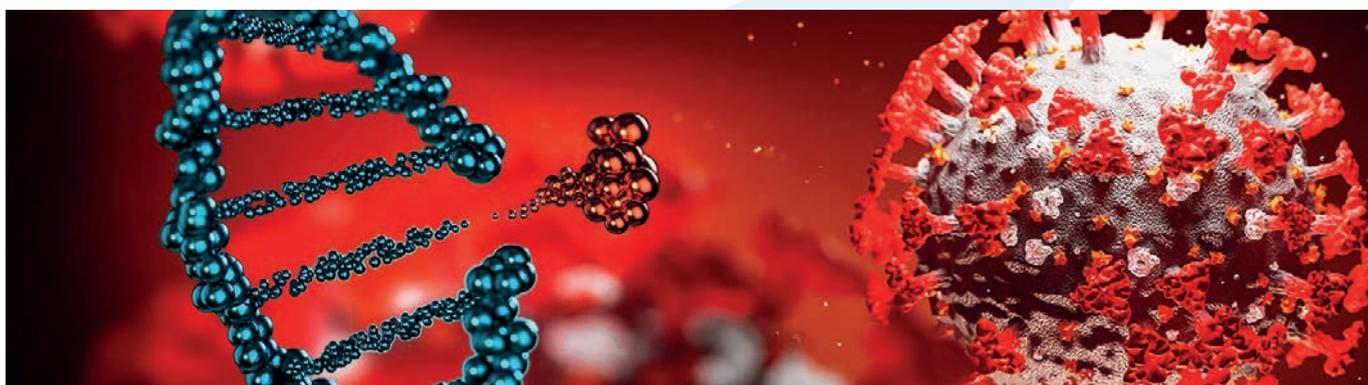
De acordo com o pró-reitor de Ensino e Graduação da Uncisal, George Márcio de Souza Costa, a universidade tem realizado ações no sentido de promover a curricularização da extensão desde 2018, inclusive com a realização de fóruns, mas esta é a primeira vez que o Fórum de NDEs é realizado de forma virtual, devido à pandemia de COVID-19.

“A extensão é o braço social da universidade e integra o ensino e a pesquisa. A Uncisal iniciou este processo há dois anos e, ao longo desse período, já foram realizados diversos fóruns. Os NDEs já vinham trabalhando nos projetos pedagógicos dos cursos. Temos um prazo a cumprir, que é 2021, e este é um momento muito rico”, ressaltou George Márcio de Souza Costa.

Participaram da reunião, além dos pró-reitores de Ensino e Graduação e de Extensão, a vice-reitora da Uncisal, Ilka do Amaral Soares; a pró-reitora Estudantil, Liliane Dizeu; supervisoras das pró-reitorias; coordenadores de cursos e integrantes de NDEs. A professora Andréa Kokhmann, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), foi convidada da organização. No total, participaram do Fórum Virtual de NDEs, 65 pessoas.

Fonte: Comunicação Uncisal. Texto: Eduardo Almeida

MAIOR ESTUDO SOBRE DISPERSÃO DO NOVO CORONAVÍRUS NO BRASIL É PUBLICADO NA SCIENCE



O maior estudo de vigilância genômica da Covid-19 na América Latina foi publicado nesta quinta-feira (23) na Science, uma das revistas acadêmicas mais prestigiadas do mundo. A pesquisa, focada na dispersão do vírus no Brasil, sequenciou 427 genomas do novo coronavírus (SARS-CoV-2) de 21

estados brasileiros e foi realizada em conjunto por 15 instituições brasileiras, entre elas a Unicamp, além de instituições britânicas. Entre os resultados, os pesquisadores detectaram mais de 100 introduções distintas do vírus no Brasil.

"Os dados mostram que houve vários eventos de introdução do vírus no Brasil, mais de 100, principalmente de pessoas que estavam voltando da Europa e dos Estados Unidos. A partir dessa introdução maciça, antes dos eventos de contenção e de isolamento social, o vírus se disseminou principalmente em três grandes grupos, que tiveram maior sucesso e que se espalharam no Brasil", explica o professor do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp, José Luiz Proença Módena, que esteve envolvido no estudo. O pesquisador coordena Laboratório de Estudos em Vírus Emergentes (LEVE) do IB, cuja equipe também participou da pesquisa.



No LEVE, parte da equipe que trabalhou no estudo

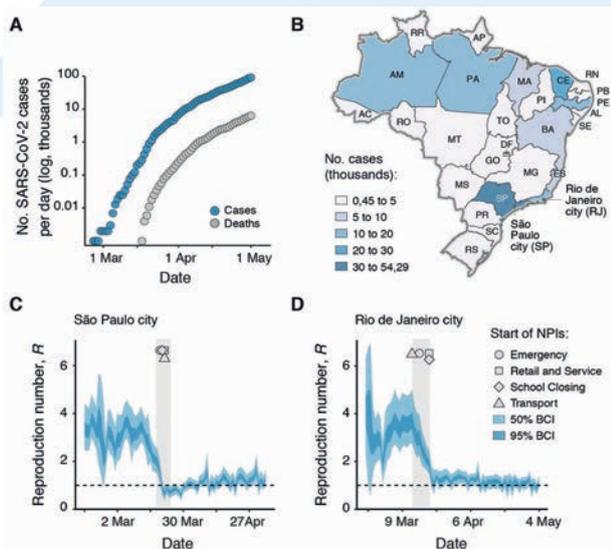
Nos três grandes grupos de vírus preponderantes, que englobaram 76% dos vírus detectados até abril, José Luiz observa que foram identificadas mutações associadas a formas graves da Covid-19. "Todos eles têm uma mutação pontual na proteína spike, que é uma proteína do vírus associada à patogenicidade, com a doença mais grave e com aumento da carga viral", diz.

A maior parte das introduções do vírus no Brasil foi identificada nas capitais com maior incidência de vôos internacionais, como São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Rio de Janeiro. Apenas uma pequena parcela dessas introduções resultou nas linhagens que se dispersaram no país por transmissão comunitária, ou seja, por transmissões cuja origem da infecção não é possível de rastrear e que circulam entre pessoas que não viajaram.

Medidas de isolamento insuficientes

Os resultados demonstram que intervenções como o fechamento das escolas e do comércio no final de março, embora insuficientes, ajudaram a reduzir a taxa de transmissão do vírus. Inicialmente, essa taxa foi superior à 3, o que significa que uma pessoa transmitia para três pessoas o vírus. Após as medidas, os valores caíram para entre 1 e 1,6, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro.

"A partir das medidas de isolamento social a taxa de disseminação do vírus cai, mas não é suficiente para barrar a transmissão do vírus, que continua se espalhando interessantemente agora a partir de longas distâncias pelo tráfego de pessoas incluindo a malha área dentro do Brasil chegando a todos os confins do país", diz José Luiz.



Em "A" está o número acumulado de casos notificados de SARS-CoV-2 (azul) e os óbitos (cinza) no Brasil. Em "B", os estados são coloridos de acordo com o número de casos cumulativos confirmados até 30 de abril de 2020 (em milhares). Em "C" e "D" o número de reprodução do vírus ao longo do tempo para as cidades de São Paulo (C) e Rio de Janeiro (D). Foto: Reprodução/Science

Cooperação entre instituições

O trabalho teve início com uma atividade do Centro Conjunto Brasil-Reino Unido para Descoberta, Diagnóstico, Genômica e Epidemiologia de Arbovírus (CADDE), financiada pela Fapesp. As instituições envolvidas na pesquisa são: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). Entre as instituições britânicas envolvidas está a Universidade de Oxford.

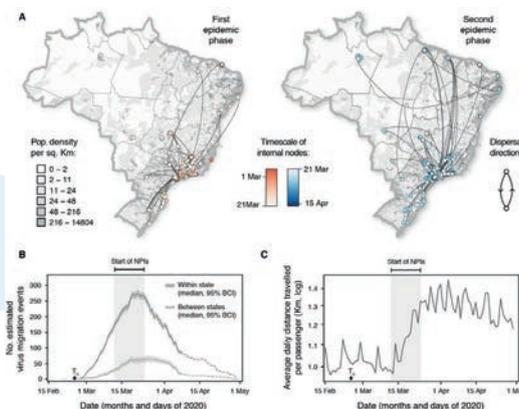


Figura do estudo que mostra os mapas com as rotas de disseminação do vírus na primeira e segunda ondas de dispersão

Em Campinas e região, o professor José Luiz Módena destaca que houve um esforço grande do LEVE e de profissionais da área de saúde da Unicamp: equipe do Laboratório da Patologia Clínica e Núcleo de Vigilância Epidemiológica do Hospital de Clínicas, profissionais do Centro de Saúde da Comunidade (Cecom) e profissionais do Hospital de Sumaré.

Da Unicamp, além de José Luiz Módena, são autores do estudo: Mariene Amorim; Fabiana Granja; Marcia T. Garcia; Maria Luiza Moretti; Maurício Perroud Jr.; Terezinha Castiñeiras; Camila Simeoni; Julia Forato; Andrei Sposito; Angélica Schreiber; Magnum Santos e Patricia A F Leme.

"O esforço possibilitou com que conseguíssemos sequenciar, de Campinas, de 66 genomas completos desse vírus que ajudaram na construção dos dados agora pouco publicados", avalia. Ele também afirma que a pesquisa é um "exemplo de como a abordagem transnacional, multicêntrica pode contribuir rapidamente para o conhecimento e para a construção de ciência de qualidade que possa ajudar a resolver os problemas da sociedade".

WEBINÁRIO PROMOVE DEBATES SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA, DIREITO E DEMOCRACIA



O Colegiado de Direito do Departamento de Ciências Humanas (DCH), do Campus I da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), em Salvador, está realizando até 31 de julho, o Webinário “Universidade Pública, Direito e Democracia: em tempos de pandemia”.

O evento, promovido, em parceria com o Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos (Cepaia) e do Centro CALAW – Gestão Aroeira, será transmitido virtualmente pela plataforma Teams.

A iniciativa tem como objetivo promover diálogos acerca de temáticas sociojurídicas contemporâneas, como o direito do trabalho e o enfrentamento à violência contra a mulher na Pandemia.

Para participar basta acessar o link da respectiva mesa no dia e horário previstos na programação. O participante que desejar receber certificado deverá preencher um formulário de inscrição online | [CLIQUE AQUI](#) |.

O evento iniciou atividades na última segunda-feira (20) com a mesa Pandemia e Políticas prisionais: uma análise a partir do projeto Infovírus. O debate contou com a participação de Júlia Chelotti, membro do Grupo de Pesquisa Poder, Controle e Dano Social da UFSM; Felipe Freitas, do Grupo de Pesquisa em Crominologia da Uefs; e Marianna Claudino, estudante de direito da UNEB. A mesa foi mediada pelo professor Riccardo Cappi (UNEB-Uefs).

Confira programação da próxima semana

27/07, 9:30 às 11:30 – Direito e Educação: O Futuro dos Universitários em Período de Pandemia (link de acesso)

28/07, 9:30 às 11:30 – Respeito e Reconhecimento Jurídico a Pessoas e Comunidades Vulneráveis (link de acesso)

28/07, 16:00 às 18:00 – O Processo Penal Negocial (link de acesso)

29/07, 9:30 às 11:30 – A Pandemia e os Desafios da Universidade Pública (link de acesso)

29/07, 15:00 às 17:00 – A Violência contra a Mulher em Tempos de Pandemia (link de acesso)

30/07, 9:30 às 11:30 – Disputas Federativas no Contexto Pandêmico da Covid-19 (link de acesso)

31/07, 9:30 às 11:30 – Realidade Jurídica Pandêmica e Pós-Pandêmica nas Relações De Consumo (link de acesso)

Fonte: Comunicação Uneb

PROJETO OFERECE AULAS GRATUITAS PARA ESTUDANTES DO ENEM

O projeto Aulas Voluntárias para o Enem é um suporte online para alunos que realizarão o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O programa é formado por estudantes e egressos da Universidade Estadual do Piauí, além de discentes da Universidade Federal do Piauí e do Instituto Federal do Piauí.



A iniciativa tem como objetivo principal auxiliar os estudantes que não possuem recursos financeiros para custear um curso online ou que não recebem apoio suficiente da instituição que fazem parte. As aulas online do projeto acontecem de segunda à sábado, nas plataformas Zoom e Google Meet.

“O projeto surgiu agora na quarentena tendo em vista as dificuldades das aulas presenciais e de acompanhamento, pois sabemos que muitos alunos de escolas públicas e boa parte da população piauiense não tem acesso à internet de qualidade. Por isso, temos um grupo no Whatsapp, onde até mesmo os que não podem assistir as aulas online, estes podem tirar dúvidas e receber o material”, contou Natanael Soares, discente do 8º Bloco do curso de história, no Campus Poeta Torquato Neto.

Lígia Macêdo, egressa do curso de História da nossa Uespi, argumenta que “os alunos da rede pública foram os mais prejudicados com a suspensão das aulas presenciais, porque muitos não têm material, espaço e disponibilidade de horário adequados para estudar, pois já trabalham ou tem que ajudar em casa”. Diante desse cenário, o projeto propõe ajudar a melhorar a qualidade dos estudos desses alunos.

“Como algumas das nossas aulas são gravadas e também fazemos postagem dos conteúdos nas redes sociais – Whatsapp e Instagram, o aluno não tem a necessidade de uma ótima conexão com a internet para acompanhar os conteúdos. Assim, o aluno também pode ter acesso ao conteúdo de acordo com sua disponibilidade de horário”, complementa Lígia.

Crescimento

O Instagram do grupo – @aulas enem voluntarias – é usado como ferramenta de divulgação e o Whatsapp para acompanhar o desenvolvimento dos alunos. Rebeca Freitas, participante da proposta e aluna da Uespi no Campus de Floriano, enfatiza que o grupo de tutores foi crescendo com a divulgação, assim também como o número de alunos.

“Hoje temos um time completo com todas as matérias, faltando apenas inglês e espanhol. Com a criação do Instagram e as divulgações, o projeto tomou uma proporção maior e hoje temos cerca de 75 alunos”, destacou Rebeca.

O grupo seleciona temas frequentemente abordados no Enem e toda semana apresentam esse conteúdo para os alunos. Rebeca Freitas conta ainda que não somente estudantes do Piauí contam com o auxílio do projeto, mas que alunos de várias partes do Brasil já entraram no grupo.

Contribuição

Samarithana Veras Fontenele, de 18 anos, é umas das alunas beneficiadas com o projeto. A jovem conta que terminou o ensino médio e não conseguiu aprovação no curso desejado, porém conheceu a proposta e está se preparando novamente para o exame.

“Me ajuda muito. Eu não sabia por onde começar os estudos, foi aí que eles apareceram, como uma luz. Gosto muito das aulas e dos professores, que são maravilhosos e admiro a força de vontade deles por nos ajudarem., porque hoje em dia é difícil encontrar alguém que nos ajude sem querer algo em troca”, finalizou a jovem.

Fonte: Comunicação Uespi. Texto: Liane Cardoso

PESQUISADORES DA UNEMAT ACOMPANHAM POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE COVID-19 PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

A pandemia da Covid-19 entre indígenas chamou a atenção de pesquisadores da Universidade do Estado de Mato Grosso que decidiram implantar um Observatório de Políticas Públicas sobre Covid-19 para povos e comunidades tradicionais. O projeto de pesquisa, que está no início dos estudos, já aponta alguns resultados preliminares como o que demonstra que neste momento as populações indígenas estão sendo vítimas de omissão por parte do Estado em diferentes esferas.

A professora da Unemat, Vivian Lara Cáceres Dan, doutora em direito e a coordenadora do projeto de pesquisa explica que entre as ações práticas resultantes dessa pesquisa está (envidar esforços para) constituição de um Comitê Estadual Sobre o Covid para Povos e Comunidades Tradicionais (PCT).

O acompanhamento de casos de Covid-19 entre os indígenas é feito por meio dos dados divulgados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESA) que pode ser acompanhado em:

<https://saudeindigena.saude.gov.br/corona> | CLIQUE AQUI |. Os números sobre casos suspeitos, confirmados, curados e de óbitos entre os indígenas são relativos aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, conhecidos por DSEI. Em Mato Grosso, existem seis DSEI, são eles: Araguaia, Cuiabá, Kaiapó do Mato Grosso, Vilhena, Xavante e Xingu. De acordo com o boletim desta semana, nos seis distritos de Mato Grosso já se confirmou 37 mortes entre indígenas, e 338 ainda estão com a Covid-19.

Segundo a professora Vivian, a constituição do Observatório surgiu dos diálogos e interações de professores da UNEMAT em apoio ao Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais que apontou a vulnerabilidade, principalmente epidemiológica, em relação aos povos indígenas. Essa vulnerabilidade se baseia em estudos como “Análise de Vulnerabilidade Demográfica e Infraestrutural das Terras Indígenas à Covid-19” coordenado por Marta Azevedo, que mostram o processo de disseminação mais rápida entre os indígenas de infecções respiratórias). “Também nos baseamos na vulnerabilidade econômica, social e de saúde, dos povos e comunidades tradicionais, que em relação a outros grupos, visto que eles não dispõem de igualdade de acesso a água, saneamento e padrões de moradias, além de reportagens demonstrando a alta taxa de mortalidade em indígenas por Covid-19”, explica.

Como parte das ações do projeto de pesquisa estão a composição de uma rede de colaboradores com diversas entidades, professores, alunos entre outros, com o objetivo de propor ações estruturantes para constituir uma estrutura de governança para os Povos e Comunidades Tradicionais. Além de estudar a melhor forma de aplicar medidas provisórias quando consultados, elaborar pareceres protetivos-jurídicos, propor minutas de projetos de apoio e combate às vulnerabilidades ambientais e culturais, acompanhar as políticas públicas durante e após a pandemia, bem como acompanhar projetos de lei, legislação e atos administrativos a fim de garantir direitos aos PCT, monitorar e sugerir ações de prevenção, acompanhamento da evolução da Covid entre os povos e comunidades tradicionais.

Entre as ações que já estão em execução pelo grupo de pesquisadores do Observatório está o encaminhamento de ofícios cobrando informações sobre os planos de contingenciamento, sugerindo controle epidemiológico e barreiras sanitárias nas estradas intermunicipais e estaduais próximas a aldeias indígenas e comunidades tradicionais, além do acompanhamento do avanço da Covid em territórios indígenas, quilombos, povos ciganos e pescadores artesanais em Mato Grosso.

Para a pesquisadora a constituição desse Observatório é importante porque as ações governamentais no sentido de estabelecer um plano e um conjunto de leis e ações que protejam essas comunidades estando mais vulneráveis aos fatores decorrentes da contaminação por coronavírus.

“As omissões do poder público contribuem para com o agravamento dessa situação, por essa razão o desenvolvimento de análise e mapeamento das políticas públicas a respeito dos povos indígenas e tradicionais, podendo caracterizá-las se lesivas ou não, geradoras ou não de processos de violências de diversos matizes, como intrusão de seus territórios, desmatamento, garimpo ilegal, flexibilização e afrouxamento do licenciamento ambiental e com potencial de afetar esses povos e comunidades tradicionais. A ausência de planos de contingência para PCTs amplia a possibilidade de contaminação e acometimento da COVID-19, razão pela qual os subsídios para a criação desses planos devem levar em consideração as diferentes territorialidades e as relações que os povos desenvolvem com o entorno”, explica Vivian.

Ela ressalta ainda que ao se juntar várias instituições (universidades, representante quilombolas, entidades de classe, organizações da sociedade civil, representantes de comunidades, fórum de organizações da sociedade civil ambientalista, organizações não governamentais e comissões da OAB) a trabalharem em prol da construção desse aporte protetivo, num viés de interpretação normativa emancipatória, se assegura um ganho para os povos e comunidades tradicionais na defesa de seus direitos.

A expectativa dos pesquisadores é que a partir dessas ações e da divulgação desses dados a sociedade e o governo sejam sensibilizados para enfrentar a Covid-19 também em reação aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Fonte: Ascom Unemat. Texto: Lygia Lima

UNITINS INOVA E TRARÁ FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES EM FORMATO TOTALMENTE DIGITAL

Com um formato totalmente novo, a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) realizará, no próximo mês de agosto, a Jornada de Imersão Pedagógica. O evento substituirá a antiga Semana Pedagógica, porém com o mesmo foco na formação continuada dos docentes para aumentar a qualidade e eficiência do ensino. Neste ano o tema é o Ensino Híbrido e as Metodologias Ativas de Aprendizagem.

O evento acontecerá de 3 a 21 de agosto e será totalmente on-line, com transmissão via You Tube, no canal oficial da Unitins, enquanto as oficinas acontecerão pelo Google Meet. As inscrições para as oficinas serão abertas no próximo dia 27 de julho para o público docente, que receberá o link de inscrição no e-mail institucional.

O evento é voltado para os professores dos cinco câmpus da Unitins e também de outras instituições de ensino do Estado, já que as transmissões das palestras via You Tube serão abertas.

O reitor da Unitins, Augusto Rezende, reforça o convite às demais universidades do Estado, sejam elas privadas ou públicas, para "discutirmos as diferenças entre os processos de ensinar e aprender, Ensino Híbrido e Metodologias Ativas de Aprendizagem."

O reitor explica ainda que o evento, realizado desde de 2018, anteriormente com o nome Semana Pedagógica, vem trazendo ações e temáticas que culminam no que será abordado na Jornada de Imersão Pedagógica deste ano. "Fruto desse caminhar e de adaptações necessárias frente a pandemia do novo coronavírus, pois, ainda que se trate de uma questão de saúde pública, afetou os mais diversos campos no cenário mundial, trazendo consequências econômicas, políticas, sociais e, consequentemente, no campo educacional", destaca.

Para a vice-reitora da Unitins, Darlene Teixeira Castro, "a maior preocupação quando pensamos nessa imersão pedagógica foi entender as necessidades dos nossos acadêmicos e no que podemos auxiliar o nosso professor para que essa interlocução ocorra, aliando aprendizagem e recursos disponíveis. Para isso, é importante que o compartilhamento de experiências entre as universidades, professores e boas práticas já consolidadas na Unitins sejam observadas", considera.

Segundo a diretora de Pesquisa Institucional da Unitins, Arlenes Buzatto Delabary Spada, o objetivo da imersão pedagógica é oportunizar aos docentes conhecimentos e reflexões sobre o que se discute em educação no País. "A exemplo do que ocorreu nas duas últimas jornadas, as instituições propõem-se a abrir horizontes sobre possibilidades e, no atual contexto, embarca uma série de ferramentas digitais gratuitas, para dinamizar o processo de aprendizagem dos discentes", explica.

Programação

Dentre as novidades da jornada, Arlenes conta que ela será gamificada, ou seja, cada atividade executada pela equipe será recompensada com pontos. Esses geram bônus, que levarão a podcasts exclusivos ou lives com participação dos líderes das equipes. Haverá também "trilhas de aprendizagem" divididas em dois níveis: iniciantes e aventureiro.

A diretora explica ainda que está sendo criado um site para armazenar as informações sobre a Imersão, sobre os palestrantes, sobre os temas que serão abordados e conteúdos que devem ser lidos com antecedência.

A programação deverá ser divulgada ainda nesta semana. Alguns nomes já estão confirmados, como do professor José Moran (USP), no dia 3 de agosto, às 10 horas, em uma Web Talk. O professor é um dos maiores nomes em Ensino Híbrido e Metodologias Ativas no País.

Fonte: Comunicação Unitins. Texto: Joseane Mendes